

ENSINO DE HISTÓRIA PARA OS SURDOS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESPECIAL KELI MEISE MACHADO

Laionel Mattos da Silva

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar um panorama atual da Educação de surdos do nosso país. Através de um apanhado histórico do início da política educacional de surdos no Brasil colônia, dos avanços e dificuldades da inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como língua oficial da comunidade surda, e da perspectiva de um processo educacional bilíngue que seja pautado por uma inclusão educacional e social e do funcionamento de uma Escola pública de surdos voltada para esta política educacional. A pesquisa foi realizada através de revisões bibliográficas que tratam sobre objeto proposto e de entrevista qualitativa que busca coletar dados não documentados.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação de Surdos; Libras;

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate a current panorama of the education of the deaf of our country. Through a historical survey of the beginning of the educational policy of the deaf in Brazil, the advances and difficulties of including the Brazilian Language of Signs - “Libras” as the official language of the deaf community, and the perspective of a bilingual educational process that is guided by an inclusion educational and social education and the functioning of a Public School for the Deaf for this educational policy. The research was carried out through bibliographical reviews that deal with the proposed object and qualitative interview that seeks to collect undocumented data.

Key-words: History teaching; Deaf education; Libras;

1 Introdução

A história da educação de surdos no Brasil tem início a partir do momento, conforme dados históricos, em que D. Pedro II, durante o Império Colonial do Brasil, oficializa uma instituição voltada para a educação da comunidade surda. Entretanto, é importante ressaltar que, segundo Strobel (2008) o povo surdo existe desde os primórdios da humanidade. Por isso, a comunidade surda sempre existiu, inclusive durante o período anterior à criação do Instituto educacional de surdos. O seu desconhecimento se dá pela segregação acometida a eles, o que os faz ser excluídos da nossa linha histórica, associando-os a aberrações. “O processo educacional dos surdos apresenta as diversas faces de uma educação excludente, desde que estes deveriam ser obrigados a falar e suas especificidades negadas.” (Alves *et al*, 2015, p.30)

Outro aspecto da cronologia aqui apresentada é a instituição da língua brasileira de sinais (Libras), que sempre existiu, sendo proibida, entretanto, a sua prática, visto que o modelo curricular era estruturado no oralismo. Nesse contexto, neste artigo também relatamos a oficialização da Libras através de uma legislação específica e de um decreto presidencial que regulamentava tal lei e dispõe sobre outras medidas.

No debate sobre a educação inclusiva, que fora conquistada através de muita luta, falamos sobre a Escola Estadual Especial Keli Meise Machado (KMM), que tem seu ensino voltado para a educação do povo surdo. Além disso, abordamos também a política de educação inclusiva, as utopias e a dificuldade de uma inclusão com culturas diferentes em ambientes não propícios.

Dessa forma, para a elaboração deste artigo, buscamos referências bibliográficas que pesquisem a história, a relação e os desafios enfrentados pela comunidade surda e da utilização de uma ferramenta alternativa que contribuirá para o debate, como explica a citação a seguir: “As entrevistas constituem uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados sobre um determinado tema.” (PÁDUA, 2000, p. 66)

Assim, intentamos realizar uma revisão acerca da história da educação de surdos no Brasil, além de uma reflexão deste cenário hoje através de informações sobre a Escola Estadual Especial Keli Meise Machado.

2 Nascimento da educação de surdos no Brasil

Em 1857 o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, portanto o Império do Brasil estava sob o comando de Dom Pedro II. Nesse ano, o Imperador instituiu uma política educacional voltada para a comunidade surda. Antes de 1857, portanto, não se tem registro da existência de uma educação específica para essa população. Segundo Strobel (2008), o interesse de Dom Pedro II com a educação de surdos surge devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, marido da princesa Isabel, que era parcialmente surdo. No entanto, não há informações aprofundadas sobre esse fato. Todavia, independente da motivação inicial, Dom Pedro II fica marcado na história por instituir uma política educacional específica para a comunidade surda.

Dom Pedro II faz um convite a Ernest Huet, um professor surdo francês, que prontamente aceita a convocação do imperador. Huet desembarca no Rio de Janeiro, juntamente com a sua esposa, em 1855, com o claro objetivo de fundar uma escola para surdos. Assim, em 26 de setembro de 1857 é fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, dando início ao processo de educação oficial dos surdos no Brasil. Tal escola teve o importante papel de educar e oportunizar a criação de uma Língua de Sinais para a comunicação entre o povo surdo, além de servir de asilo para meninos surdos de todo o país, segundo Strobel (2008). Nesse processo, vemos a relevância de tal movimento como o primeiro passo para o que eventualmente se tornaria a Língua Brasileira de Sinais, de extrema relevância para a aprendizagem.

Entretanto, nem todo o processo foi benéfico, visto que em seu início a Instituição priorizou os meninos, conforme Alves (2015, p.29), “Vale salientar, entretanto, que as meninas surdas só tiveram direito à educação no início do século XX quando surgiu o

Instituto Santa Terezinha, em São Paulo”. Portanto quase cinquenta anos de atraso para que as meninas tivessem o direito à educação voltada para o povo surdo.

A oficialização da política educacional veio através da Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, que deu nome ao instituto que, entretanto, seria modificado pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957, para “Instituto Nacional de Educação de Surdos”, apelidado de INES, tal alteração reflete o pensamento ideário contemporâneo. Sua sede permanece até hoje na capital do Rio de Janeiro. Porém, apesar do avanço através da criação de uma Instituição voltada para a educação do povo surdo, o processo educacional não foi fácil, conforme o relato:

Surdos foram obrigados a rejeitar sua língua natural e aprender outra língua de modalidade diferente da sua, a língua oral de seu país, e isto lhes trouxe e traz um grande prejuízo no que diz respeito ao processo de comunicação, tanto na Língua de Sinais como na própria oralização destes indivíduos. (ALVES *et al*, 2015, p.30)

Nesse contexto, os autores nos remetem a outra discussão acerca do método de ensino a ser utilizado na educação de surdos no Brasil: a necessidade do fortalecimento da Língua Brasileira de Sinais. Em todo o processo histórico mundial surgiram os mais variados posicionamentos acerca do uso da língua de sinais e da oralidade, boa parte das escolas estava com a oralidade enraizada em seus currículos e negando todos os aspectos socioculturais da comunidade surda.

A língua de sinais foi impedida de ser usada na educação por muitos séculos e, se nos detivermos apenas nos últimos 130 anos, poderemos ver isso de forma imperiosa. Se entendermos que a língua é a expressão em essência de uma cultura, a proibição da língua de sinais se configura como a interdição de uma condição primordial da comunidade surda. (MOURA, 2008, p.104)

Por isto, entendemos que D. Pedro II teve um papel fundamental na educação de surdos no Brasil, sendo seu precursor. Contudo, teve o auxílio e gerenciamento do professor Ernest Huet no comando da INES. Tal resgate trouxe novamente o debate da língua de sinais. Ademais, o estímulo e fim da negligência ajudaram no processo de oficialização da Língua Brasileira de Sinais. Da negação à oficialização, renasce a LIBRAS, como abordaremos na seção a seguir.

Libras: Uma língua que se vê

Assim, a criação de uma instituição educacional voltada para a instrução de surdos foi processo pioneiro para a educação dessa comunidade, hoje já mais consolidada. Porém, uma das criações mais importantes para o povo surdo foi a Língua Brasileira de Sinais, que desde 1857 foi se estruturando, formalizando e pegando referências de outros países. Sobre esse processo:

A escola do INES era o ponto de convergência e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos da época. Eles usavam a

língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Esta mistura originou mais tarde a língua brasileira de sinais – Libras, que usamos hoje. Assim como as línguas orais, as línguas de sinais se constituem a partir de outras existentes. (DORIA, 1958, p.171)

Nos mais diversos países do mundo começam a surgir o redescobrimto e a oficialização da língua de sinais. Ainda assim, a sociedade continuava excluindo a comunidade surda, pois não aceitavam que a língua de sinais pudesse ser oficializada como uma língua do povo surdo. Inclusive, foi nesse recorte de tempo que se enxergou que as línguas de sinais não eram únicas, pois cada país tinha a sua própria linguagem contendo suas particularidades locais. (MORI e SANDER, 2015)

Assim, a Libras, apesar de ter sofrido forte influência da língua de sinais francesa, muito em virtude do francês, Professor Huet, que acabou por introduzir a sinalização na educação do Brasil, contou com sinais já existentes no Brasil, utilizados pela população surda brasileira. Nesse contexto, fica evidente que a língua brasileira de sinais já existia mesmo antes da sua oficialização. Por essa razão, utilizamos o termo redescobrimto, indicando que tal comunicação já existia há anos entre os surdos.

Entretanto, apesar de termos um instituto voltado para a educação dos surdos, a tarefa de introduzir a língua de sinais não foi fácil, pois a grande maioria das escolas especiais estavam enraizadas no oralismo, ou seja, obrigavam os alunos surdos a aprenderem com esse método, excluindo-os da possibilidade de usar os gestos, dificultando em grande parte sua aprendizagem e autonomia.

A partir da década de 1980 até 1990, renasce no Brasil o uso dos sinais, mais precisamente a filosofia educacional chamada de Comunicação Total, segundo Ciccone (1996). Essa filosofia se originou nos Estados Unidos, na tentativa de melhorar a educação dos surdos. Essa filosofia contempla toda forma de comunicação possível, ou seja, a fala, os sinais, o teatro, a dança, mímica, etc. As escolas especiais iniciaram lentamente o uso de sinais, já que elas estavam enraizadas no oralismo. Aos surdos se deu voz e os professores ouvintes aprenderam os sinais com seus próprios alunos. Um clamor se levantou na educação especial para a abertura de novos caminhos, caminhos estes mais democráticos, mais naturais com o uso dos sinais. A língua de sinais no Brasil ainda não era oficial e não era ainda entendida como uma língua (MORI e SANDER, 2015, p.10)

Ao esclarecer, Mori e Sander buscam recordar que, da década de 1980 até 1990, iniciou-se a ideia de comunicação total, método que auxiliou de muitas formas o processo de aceleração do uso da língua de sinais na educação da comunidade surda. A partir do momento que tal população passou a ser protagonista na luta por seus mais amplos direitos avançou-se na conquista de políticas educacionais. Ou seja, da organização do povo surdo, seu empoderamento, voz, autoridade e autonomia vieram os avanços.

Assim, apesar de já ser utilizada há um bom tempo pela comunidade surda, a Língua de Sinais do Brasil só foi regulamentada em 24 de abril de 2002 via Lei nº 10.436, conforme o parágrafo único.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.01)

Contudo, após sua oficialização, faltava algo que deixasse mais claro o papel da Língua de Sinais. Nesse contexto, surge o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a regulamentação da Lei,

É um documento específico sobre o uso e a difusão da Libras, como uma língua oficial no país. A promulgação desse Decreto foi um passo notável na história da educação dos surdos no Brasil, e coloca nosso país à frente de muitos países desenvolvidos, devido à visão e prática modernas de respeito, de inclusão e acessibilidade, como o mundo exige nos dias de hoje (MORI e SANDER, 2015, p.12)

Nesse decreto de regulamentação, destacamos o artigo 22, que é um eixo primordial para educação de surdos inclusiva e democrática;

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (BRASIL, 2005, p.07).

Os demais capítulos do Decreto nº 5.626 dissertam sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação continuada dos Professores, dos intérpretes de Libras, do uso e da difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, da formação do tradutor e intérprete de Libras, da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos no apoio ao uso e difusão da Libras. Esses itens listados são os eixos principais do decreto de regulamentação da Libras no Brasil.

Tendo em vista tais avanços no processo educacional, como a oficialização da Libras e a regulamentação dos direitos da comunidade surda, vamos no próximo capítulo

demonstrar a história de uma Escola pública, que tem seu ensino voltado para a comunidade surda, e fazer uma reflexão acerca da educação inclusiva.

3 A primeira Escola de surdos da região do Vale do Rio dos Sinos

Após os avanços no mundo e no Brasil, podemos observar um processo acelerado de criação de escolas para surdos, na sua grande maioria dirigida por professores surdos, o que demonstra a emancipação desse público, suas conquistas e posição de destaque. Toda essa autonomia e responsabilidade fez com que as lutas avançassem cada vez mais durante as décadas seguintes. (SACKS, 1990)

Hoje, as escolas regulares devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva. Tais escolas e classes são de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, e com professores bilíngues. São direitos garantidos através do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, impondo, portanto, que os agentes públicos garantam o acesso. Posto isso, abordamos nesse artigo, especificamente, a Escola Estadual Especial Keli Meise Machado, localizada no Bairro São José em Novo Hamburgo, e conseqüentemente falaremos também do processo e luta para a sua oficialização como uma instituição educacional voltada para a educação da comunidade surda.

Todo o processo de construção de identidade da população surda no Brasil e conseqüentemente da idealização de uma política educacional foi carregado de preconceitos, dificuldades e de negativas à sua cultura. Nesse contexto, toda essa estruturação de aceite social e educacional foi vagarosa, fatalmente pela negligência da sociedade para com o povo surdo, visto que nos mais variados recortes históricos temporais da humanidade, eram tidos como bárbaros, aberrações e seres amaldiçoados. (STROBEL,2008)

A primeira Escola de Surdos da região do vale dos sinos, localizada na cidade de Novo Hamburgo, iniciou em 1973. Nesse período existiam as chamadas classes especiais, ou seja, as Escolas regulares cediam salas para que alguns professores lecionassem para os surdos e deficientes auditivos. A primeira Escola a ceder o espaço foi a Escola Estadual de 1 grau Incompleto Otávio Rosa. Conforme o histórico da Escola Keli Meise Machado – KMM, esse trabalho teve seu início pelas mãos da professora Joana Anacleto Kunzler, que era especialista em deficiência auditiva. Entretanto, também em 1973, por alguns meses, as classes especiais utilizaram as salas do Colégio Estadual Vila Becker.



Figura 1: Primeira classe especial na Escola Estadual Otávio Rosa em 1973

O processo de emancipação da Escola KMM não foi fácil, muito em virtude de não terem uma sede própria e até o ano de sua fundação em 1990, passaram por outras Escolas. Contudo, nesse período os avanços foram sendo conquistados – em 20 de janeiro de 1982, esta classe especial foi oficializada através da portaria n 1102, resolução 130/77 e parecer 658/77 do Conselho Estadual de Educação, à vista disso nota-se uma preocupação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com o início de uma inclusão escolar e social. Durante todo o ano de 1984 a classe especial começou a utilizar o espaço de uma escola particular da cidade, a Escola de 1º e 2º grau Pio XII. No ano de 1985 e 1986, o trabalho com os alunos surdos e deficientes auditivos passou a ser na Comunidade dos Mormons, em Novo Hamburgo.

Ainda na década de 80, mais precisamente no dia 26 de abril de 1986, houve a mudança para um prédio próprio comprado pela comunidade hamburguesa, e posteriormente ressarcido pelo Estado. Esse prédio situava-se no bairro Boa Vista, em Novo Hamburgo.

Durante esse processo itinerante da classe especial, os avanços foram sendo conquistados e principalmente oficializados. No dia 4 de dezembro de 1987, através do decreto nº 36612, foi criado, a partir das classes especiais já existentes, a Escola Estadual de 1 grau incompleto Otávio Rosa e a Escola Estadual de 1 grau incompleto para Educação Especial, na cidade de Novo Hamburgo e através da portaria nº 20484 de 19/10/88, foi autorizado o funcionamento de ambas as instituições. Assim, de certa forma, a classe especial foi oficializada como um anexo da Escola Otávio Rosa, transformando-as em uma única instituição educacional, ou seja, um significativo avanço que impulsionou as conquistas na década seguinte.

Em consequência do que fora mencionado anteriormente, no dia 21 de dezembro de 1990, foi inaugurado o novo prédio da Escola Estadual de 1º grau incompleto para Educação Especial, situado no Bairro São José, na cidade de Novo Hamburgo, onde

permanece até hoje. Em dezembro de 1993, através da portaria 01387 do Governo do Estado, a Escola passou a denominar-se Escola Estadual de 1º grau incompleto Keli Meise Machado, em homenagem a uma aluna que havia falecido. A inauguração da Escola foi um marco para a educação de surdos na região do Vale dos Sinos. Apesar de a educação de surdos ter iniciado, mesmo que timidamente, em 1973, a Escola Keli Meise Machado comemora o seu nascimento no dia em que fora reconhecida como uma instituição educacional de classe especial, no dia 19 de outubro de 1988.



Figura 2: Inauguração da Escola Keli Meise Machado, no dia 21/12/1990

Como podemos verificar a luta por uma educação de surdos na região do Vale dos Sinos contou com apoio de Escolas Estaduais e de uma Escola particular, de parte da sociedade civil e da comunidade dos mórmons de Novo Hamburgo. Essa rede de apoio fora muito importante para a consolidação da atual Escola Estadual de Educação Especial Keli Meise Machado, que tem a sua educação voltada para a comunidade surda (incluem-se os deficientes auditivos).

Hoje, a Keli Meise Machado é uma escola especial que trabalha na perspectiva bilíngue, por entender que, enquanto instituição educacional, a primeira língua a ser trabalhada é a de sinais. Sobre a educação bilíngue para surdos, Moura (ano, p. 112) afirma que, “O que é mais conhecido com relação à educação bilíngue para surdos é que a primeira língua deve ser a língua de sinais e a segunda língua deve ser a do país em que ele vive.” No caso, a segunda é a Língua Portuguesa. Compreende-se, portanto, que por mais que a Língua Portuguesa não seja uma língua estrangeira, a dificuldade dos surdos em aprender uma segunda língua, é grande. Assim como qualquer aluno pode apresentar dificuldades em aprender um novo idioma.

Buscamos entrevistar a Professora Fátima Regina dos Santos que leciona na Escola KMM há 24 anos, a quem entendemos ter uma vasta experiência e contribuição

na educação de surdos da região do vale do rio dos sinos. Sobre o ensino bilíngue, Fátima nos diz:

Penso que as Escolas Bilíngues são o melhor caminho pois, o ensino bilíngue é o método que mais se aproxima do respeito ao sujeito surdo em sua identidade e cultura. Igualmente a preocupação, que é inerente a esta proposta, de trazer ao sujeito surdo a condição de se incluir na sociedade de forma efetiva e completa, reconhecendo suas diferenças e capacidades.

Em convergência com o que fora dito pela Fátima dos Santos, entendemos que o ensino bilíngue é a porta de entrada para um verdadeira inclusão da comunidade surda em nosso contexto educacional e social.



Figura 3: Escola Estadual Especial Keli Meise Machado atualmente (2018)

Com relação ao que diz o Projeto Político Pedagógico (PPP) da KMM, cabe destacar que a Escola é fundamentada por valores humanistas (solidariedade, justiça social, honestidade, responsabilidade e respeito) como premissa para a construção social. A Escola trabalha na perspectiva bilíngue, ainda não existe essa oficialização, pois oportuniza aos alunos surdos e com deficiências múltiplas o uso da língua de sinais como uma ferramenta para a construção do conhecimento e da promoção da cultura da comunidade surda. Nos objetivos específicos do PPP, a KMM deixa clara a utilização de diversas linguagens, sendo elas: a corporal, musical, plástica e escrita, com o intuito de compreensão dos sentimentos e ideias, fortalecendo por vez a capacidade expressiva. A KMM, que é uma Escola Especial pública, trabalha numa perspectiva bilíngue, portanto, a organização curricular é pensada a partir da realidade dos alunos surdos, respeitando as

suas características, como por exemplo: a cultura do povo surdo, a Libras e as demais constituições de identidades. Portanto, o ambiente idealizado pelo PPP deve seguir dessa forma: “[...] em um ambiente em que as culturas podem conviver de forma pacífica, todas as suas manifestações devem poder estar presentes.” (MOURA, 2012, p. 105).

A Escola atende todos os anos do Ensino Fundamental: pela manhã há as turmas do 5º ao 9º ano e, pela tarde, as turmas do 3º ao 5º ano. A escola também oportuniza a educação de jovens e adultos – EJA: são duas turmas na parte da tarde, 04 e 05. Hoje, a KMM conta com 40 alunos, sendo 30 alunos matriculados do 3º ao 9º ano e os demais nas turmas da tarde da modalidade EJA. A faixa etária dos alunos varia muito, nas turmas da manhã os alunos têm de 11 a 22 anos, já nas turmas da tarde os alunos do 3º ao 5º ano tem de 9 a 11 anos. Especificamente no EJA, a faixa etária dos alunos é de 19 a 50 anos, sendo importante destacar que muitos desses alunos do EJA entraram na Escola depois de muito tempo no ostracismo, ou seja, não sabiam da existência da língua de sinais. No entanto, utilizavam em suas famílias os gestos que conseguiram constituir no dia a dia.

O quadro docente da Escola é composto por 8 professores, sendo 7 mulheres e 1 homem. A KMM conta com serviço de orientação educacional sob responsabilidade de uma professora e de uma monitora pedagógica que auxilia as turmas das séries iniciais. A parte administrativa é composta pela diretora que faz a gestão da escola, por 1 servente merendeira que cuida da alimentação escolar e de um auxiliar de serviços gerais que contribui com a organização e limpeza dos espaços da Escola.

No que diz respeito a Libras, os professores e a gestão escolar da Escola em sua maioria são fluentes ou parcialmente fluentes. Contudo, os demais se comunicam das mais variadas formas, ou seja, com sinais da língua de sinais ou com comunicações usuais que foram construídas ao longo do processo.

Sabendo da importância da KMM para a comunidade surda, a Professora Fátima dos Santos, nos diz que “A Escola de Surdos é importante porque é nela que os alunos têm contato com sua Língua formalmente. Em diversos casos os alunos chegam com gestos caseiros pois, os familiares desconhecem a Libras e é nesse espaço que eles se apropriam dela.” Isso reforça o que já havíamos trabalhado em capítulos anteriores nesse artigo, a Escola de Surdos vai muito além do processo educacional, pois é também espaço de lazer e de aproximação com a cultura surda vivenciada em comunidade, visto que em suas residências o contato com a Libras não existe junto aos seus familiares.

Assim sendo, a Escola KMM preza pela excelência da sua educação. Todas as áreas disciplinares trabalham, além de seus conteúdos específicos, a cultura e a identidade do povo surdo. Sem esse viés pedagógico não se pode constituir uma educação de qualidade que seja inclusiva e democrática para a comunidade surda.

4 Considerações finais

A constituição de um processo educacional público e que respeitasse a identidade do povo surdo no Brasil, não foi uma tarefa simples, pois, antes, durante e hoje ainda sofre com preconceitos, enfrenta barreiras e negações sobre a cultura da comunidade surda. Entretanto, o panorama da educação de surdos na última década no Brasil mudou bastante.

Todavia no Brasil, após a promulgação da constituição federal em 1988, a comunidade surda iniciou uma longa batalha pelos seus direitos em sua totalidade, e especificamente na educação, por mais que se tivessem os direitos assegurados na carta magna, esse não era o panorama real das Escolas. A Constituição Federal deu possibilidades, mostrou novos caminhos e afirmou que o direito é para todos (aqui incluímos a comunidade surda que buscava a sua inclusão educacional).

Hoje, a educação está ainda no processo de inclusão, pois não possuímos um ideal inclusão educacional e social do surdo. Isso se dá porque existe uma dicotomia entre as escolas regulares e as escolas especiais, visto que numa escola regular o aluno surdo irá conviver com o aluno ouvinte, mas em sua grande maioria as Escolas não têm professores com fluência em Libras, nesse caso as mantenedoras disponibilizam os interprete de libras para o surdo.

Entendemos que a inclusão escolar deve ser dessa forma, no entanto, ainda não estamos preparados, pois a Escola tem de ser bilíngue para que exista uma interação social e educacional, ou seja, todos os alunos, inclusive os ouvintes, devem aprender a língua de sinais numa escola regular onde tenha um aluno surdo, do contrário, como será a sua comunicação com os colegas ouvintes? Dessa forma, o desconhecimento da Libras por parte dos alunos ouvintes dificulta a inclusão social com os demais colegas. Além do que já fora relatado, a educação para ser bilíngue, deve ser pautada pela diversidade das culturas. Logo, deve existir a troca de culturas identitárias no ambiente escolar, tendo cuidado para que não haja sobreposição de uma sobre as demais.

Acreditamos que a inclusão do aluno surdo deva ocorrer em uma escola regular, mas nos moldes de uma educação bilíngue que oportunize aprendizagem mútua, tanto da língua de sinais como a troca de informações entre as culturas, sendo essa a educação justa, necessária e inclusiva.

Referências bibliográficas

MOURA, M. C., Atendimento Educacional Especializado: Estudante Surdo – Reflexões sobre a Identidade, Cultura e Comunidade. In: GIROTO, C. R. M; MARTINS, S. E. S. O; BERBERIAN, A.P (Orgs). **Surdez e Educação Inclusiva**. São Paulo, Cultura Acadêmica; Universitária, 2012. Cap. 5, p. 97 - 118

DORIA, Ana Rímoli de Faria. **Compêndio de Educação da Criança Surdo-Muda**. Rio de Janeiro: 1958.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília, DF.

STROBEL, Karin L. História dos Surdos: Representações “Mascaradas” das Identidades Surdas. In: QUADROS, Ronice M. e PERLIN, Gladis. (Orgs.). **Estudos Surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007, p.18 – 38.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.** Brasília, DF.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

ALVES, F.C., SOUZA, J.C.T., LIMA, M. E., CASTANHO, M. Educação de Surdos em nível superior: desafios vivenciados no espaço acadêmico. IN: ALMEIDA, W.G (Org). **Educação de surdos: formação, estratégia e prática docente.** Ilhéus, Editus, 2015. Cap. 2, p. 27-48.

STROBEL, Karin L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História.** Florianópolis, 2008. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Santa Catarina.

MORI, N., SANDER, R. **História da educação de surdos no Brasil.** In. **SEMINÁRIO DE PESQUISA PPE.,** Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2015, p. 01-16

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática.** 6. ed. Campinas: Papirus, 2000, 120 p.